

SUSTENTABILIDADE: Discutindo estratégias para sua promoção

José Ozildo dos Santos¹; Rosélia Maria de Sousa Santos²; Vanessa da Costa Santos³; José Rivamar de Andrade⁴;

¹Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia da Paraíba. E-mail: joseozildo2014@outlook.com

²Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia da Paraíba. E-mail: roseliasousasantos@hotmail.com

³Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia da Paraíba. E-mail: nessacosta1995@hotmail.com

⁴Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: rivamar_andrade@hotmail.com

Resumo: Trata-se de um artigo de revisão no qual se abordou a importância da definição das estratégias para a promoção do desenvolvimento sustentável. Mostrou-se como o mesmo pode ser promovido e qual deve ser grau de envolvimento que as instituições articuladoras e os atores sociais envolvidos no processo devem ter. Considerado, a princípio, como algo utópico, o desenvolvimento sustentável foi ganhando forma e tornando-se realidade. Atualmente, já é possível enumerar inúmeras ações/iniciativas de sucesso que promovem o desenvolvimento sustentável e mostram que é possível haver desenvolvimento associado à preservação do meio ambiente. Não há como se falar em desenvolvimento sustentável sem a participação consciente da sociedade. Esta deve assumir o compromisso de promover esse desenvolvimento, observando o que foi projetado pelas instituições articuladoras. Por outro lado, é impossível se pensar em desenvolvimento sustentável, sem levar em consideração o estabelecimento de estratégias para a sua condução. Para ser concretizado, esse tipo de desenvolvimento exige a definição de algumas funções que são consideradas ‘chaves’ no processo de construção de um meio ambiente sustentável.

Palavras chave: Sustentabilidade; Estratégias; Abordagens.

1 Introdução

A princípio, visto como algo utópico, o desenvolvimento sustentável foi ganhando forma e tornando-se realidade. Atualmente, já é possível enumerar inúmeras ações/iniciativas de sucesso que promovem o desenvolvimento sustentável e mostram que é possível haver desenvolvimento associado à preservação do meio ambiente.

Apresentado como sendo uma atividade produtiva, que não degrada os recursos naturais, o desenvolvimento sustentável é uma proposta que foi formulada por Ignacy Sachs, no final dos anos sessenta, como sendo resultado da combinação dos conceitos de justiça social, proteção ambiental e eficiência econômica (SANTOS et al., 2013).

Antes limitado apenas ao contexto acadêmico, essa concepção de desenvolvimento ganhou importância e atualmente é assunto nos diferentes setores da sociedade, que de forma gradativa vem

absorvendo os princípios da sustentabilidade e assumindo um compromisso com as gerações futuras.

A presente produção acadêmica se justifica partindo do princípio de que embora tenham se ampliado as discussões em torno do desenvolvimento sustentável, as estratégias para a sua promoção ainda são muito pouco discutidas e dificilmente abordadas no contexto acadêmico.

O presente artigo, de natureza bibliográfica, tem por objetivo mostrar a importância da definição das estratégias para a promoção do desenvolvimento sustentável.

2 Revisão de Literatura

2.1 Desenvolvimento Sustentável: Conceito e importância

Vários são os conceitos apresentados para o desenvolvimento sustentável. Entretanto, nestes sempre se inclui a missão de usar os recursos naturais com o caráter de perpetuação. Elaborado de forma ampla, o conceito de desenvolvimento sustentável abrange o econômico, o social e o ecológico. Existe, entendimento de que a sustentabilidade está condicionada à uma sociedade organizada. Num sentido mais amplo, o desenvolvimento sustentável tem por objetivo promover a harmonia entre o homem e a natureza. Na opinião de Tozoni-Reis (2004, p. 50), tal modelo “diz respeito a uma forma de crescimento econômico que considera o comprometimento dos recursos naturais para as futuras gerações”.

Para Barbieri (1997), o desenvolvimento sustentável pode ser visto como sendo uma nova forma de se perceber as soluções para os problemas globais, incorporam a estas as chamadas dimensões culturais, políticas e sociais e não somente se limitam às questões relativas à degradação ambiental.

Deve-se destacar neste tipo de desenvolvimento existe uma preocupação que vai além do crescimento econômico. Nele, levam-se em consideração as múltiplas tradições culturais e crenças, existindo também a preocupação de promover a construção de um estilo de vida mais saudável.

De acordo com Jardim (2005, p. 190), “o desenvolvimento sustentável é o discurso aberto frente à necessária busca de equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e o meio ambiente”.

Na busca do equilíbrio necessário, o desenvolvimento sustentável interliga o que é para ser desenvolvido com o que é para ser sustentado, sem, contudo, apresentar-se como um obstáculo. Existe no desenvolvimento sustentável uma preocupação com o ‘renovar’, de forma que prega-se a

exploração de determinado recurso sem exauri-lo, deixando-o num limite onde este possa se restabelecer.

Essa observação é válida quando trata-se dos chamados recursos renováveis. Nos casos dos não renováveis, prega-se a redução de sua utilização, e, conseqüentemente, a sua substituição por outros já existentes ou de produtos sintetizados, a exemplo do biodiesel, quando a questão for o combustíveis fósseis.

Bezerra; Bursztyn (2000) vão mais além e definem o desenvolvimento sustentável como sendo um processo de aprendizagem social, que deve ser promovido a longo prazo, acrescentando que esse processo é conduzido por políticas públicas sempre orientadas por meio de um plano de desenvolvimento nacional.

No entanto, tem-se que reconhecer que tanto as pluralidades de atores sociais, tanto os vários interesses presentes na sociedade, podem ser vistos como obstáculos à adoção das políticas públicas voltadas para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Nobre (1999, p. 139) afirma que o desenvolvimento sustentável:

[...] significa, de um lado, a concretização de alianças em termo de um consenso mínimo a respeito da problemática ambiental [frente aos impactos típicos das discussões da década de 1970], e, de outro, a arguta tentativa de aproveitar um ambiente mundial de relativa distensão e de intensa mobilização social em torno das questões ecológicas, para levar a questão ambiental [que se puderam observar na segunda metade da década de 1980] para o primeiro plano da agenda política internacional.

O desenvolvimento sustentável pode ser entendido como aquele que procura satisfazer as necessidades da sociedade atual, de forma que seja garantido às futuras gerações a capacidade de promover as suas. Esse tipo de desenvolvimento prima pela 'continuidade' e 'permanência' da qualidade de vida, existindo nele uma preocupação em garantir tal benefício às gerações futuras.

Visando facilitar a compreensão do conceito de desenvolvimento sustentável, Sachs (1993) divide a sustentabilidade em sustentabilidade ambiental; ecológica; econômica; política e a social.

O Quadro 1 apresenta os conceitos das modalidades de sustentabilidade definidas por Sachs (1993).

Quadro 1: Modalidades de sustentabilidade

MODALIDADES	DESCRIÇÃO
Sustentabilidade ecológica	Refere-se à base física do processo de crescimento e tem como objetivo a manutenção de estoques dos recursos naturais, incorporados às atividades produtivas.
	Refere-se à manutenção da capacidade de sustentação dos ecossistemas, o que

Sustentabilidade ambiental	implica a capacidade de absorção e recomposição dos ecossistemas em face das agressões antrópicas.
Sustentabilidade social	Refere-se ao desenvolvimento e tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida da população. Para o caso de países com problemas de desigualdade e de inclusão social, implica a adoção de políticas distributivas e a universalização de atendimento a questões como saúde, educação, habitação e seguridade social.
Sustentabilidade política	Refere-se ao processo de construção da cidadania para garantir a incorporação plena dos indivíduos ao processo de desenvolvimento.
Sustentabilidade econômica	Refere-se a uma gestão eficiente dos recursos em geral e caracteriza-se pela regularidade de fluxos do investimento público e privado. Implica na avaliação da eficiência por processos macrosociais

Sachs (1993, p. 51), adaptado.

É importante destacar que essas diferentes modalidades encontram-se inseridas na 'Agenda 21 Brasileira', com o objetivo expresso de mostrar que o desenvolvimento sustentável deve ser tomado como sinônimo de sustentabilidade socioambiental.

Na visão de Veiga (2005), esse tipo de desenvolvimento é o grande desafio do século XXI. E, enquanto não se buscar um novo paradigma científico que tenha condições de substituir os paradigmas do 'globalismo', o conceito de desenvolvimento sustentável será uma utopia. Nessa mesma linha de raciocínio, Rodrigues (1997, p. 44) argumenta que “a sustentabilidade precisa ser construída socialmente, ou seja, penso que o desafio é construir a utopia da sociedade sustentável, desenvolvendo-se em contínua progressão a capacidade de pensar, que é a essência da natureza humana”.

Assim sendo, somente existirá de fato o desenvolvimento sustentável quando existir uma sociedade dotada de uma consciência ecológica e que se integrantes pautem sua ações observando sempre a ética da sustentabilidade. Abordando as perspectivas do desenvolvimento, Tonneau (2004, p. 89) observa que:

O conceito de desenvolvimento sustentável ainda deve ganhar mais força. A pressão dos consumidores por uma agricultura menos poluente, com produtos mais seguros, em condições mais éticas vai se reforçar. Também a diminuição dos subsídios vai levar a uma racionalização do uso dos insumos.

No contexto atual, o que se percebe é que o discurso sobre sustentabilidade vem cada vez mais adquirindo força política. E isto somente vem sendo possível porque o mesmo já se encontra amplamente socializado, tanto junto às agências estatais nacionais e internacionais, quanto às organizações representativas da sociedade.

De acordo com a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR-BA, 1997), o conceito de sustentabilidade apoia-se nos seguintes postulados: durabilidade ao longo do tempo; eficiência econômica; equidade interpessoal e regional; e, responsabilidade ambiental.

É importante destacar que a sustentabilidade para a sua consecução, exige intervenções que implicam na adoção do princípio da descentralização. Nessas intervenções é de fundamental importância o papel do Estado, que deve promover esforços visando não somente o planejamento, mas também a transferência de informações que facilitem a execução por parte dos agentes sociais.

A partir da definição apresentada no Relatório Brundtland, elaborado em 1987, pode-se perceber que tal conceito não somente diz respeito apenas ao impacto da atividade econômica no meio ambiente. De forma técnica, ele também discute as desigualdades existentes nos contextos econômicos e sociais (HERCULANO, 1992).

Assim, o desenvolvimento sustentável é um modelo que procura evitar a degradação humana, exigindo a adoção de políticas sociais compatíveis, capazes de superar as complexas exigências econômicas, privilegiando o meio ambiente, preservando-o para as gerações futuras. Ele defende aqueles modelos de desenvolvimentos, que primam pela preservação dos recursos naturais e que observam as vocações locais e regionais, bem com os graus de desenvolvimento, procurando estabelecer uma correlação com as diferentes culturas desenvolvidas.

Acrescenta ainda Matos (1994, p. 12) que “do ponto de vista político, o Desenvolvimento Sustentável deve procurar favorecer a evolução e a estabilidade das instituições democráticas, estabelecendo instrumentos de acesso à participação e de controle social das estratégias e da operação das ações”.

Desta forma, o desenvolvimento sustentável possui uma concepção que vai muito mais além do que a simples missão de preservar o meio ambiente. Ele deve promover meios que facilitem a participação popular, e ao mesmo tempo exigir que os atores sociais que dele participam, cumpram a sua parte, exercendo o controle social e ao mesmo tempo participando e discutindo as estratégias que serão colocadas em prática, visando promover a sustentabilidade, considerando os enfoques sociais, econômicos e ambientais.

2.2 Ética e sustentabilidade ambiental

A necessidade de se conter os avanços dos impactos ambientais e dos danos causados ao meio ambiente, produzidos pelo desenvolvimento econômico, levou à formulação do conceito e dos

princípios ora aplicados ao desenvolvimento sustentável, que, em momento algum, deve ser visto como uma ameaça ao progresso.

Dissertando sobre a dicotomia desenvolvimento econômico/desenvolvimento sustentável, Matos (1994, p. 13) chama atenção para “a contradição entre crescimento e preservação é, não apenas natural, mas indissociável na dialética da natureza e dos sistemas sociais [...]. Não há crescimento sem preservação, da mesma forma que não haverá preservação sem crescimento”.

Pelo demonstrado, é possível existir desenvolvimento econômico e conjuntamente se ter a preservação dos recursos naturais. O que é necessário, é que exista responsabilidade e comprometimento, que devem ser fruto de uma consciência ecológica e embasados em princípios éticos. Assim sendo, o desenvolvimento sustentável visa determinar meios capazes de promoverem a superação dos modelos clássicos de crescimento econômico. Tais meios devem privilegiar os aspectos socioeconômicos e ao mesmo tempo promover a inclusão social, tendo compromisso com a permanência das ações voltadas para a preservação dos recursos naturais, de forma a garanti-los às gerações futuras.

Desta forma, por possuir uma ampla abordagem, alguns autores, dentre os quais Guimarães (2001), ressaltam que o desenvolvimento sustentável tem que possuir uma base ética. Pois, dele deve demandar uma solidariedade social, capaz de subordinar a dinâmica econômica aos interesses da sociedade e às condições do meio ambiente.

Nesse mesmo sentido, observa Caffé (2002, p. 73) que “fazer o planejamento sustentável é uma tarefa coletiva, multidisciplinar e interativa, e nisto consiste uma das diferenças básicas em relação ao planejamento tradicional, que era focada exclusivamente na economia e suas ‘externalidades’”.

Contudo, é importante destacar que na construção dessa solidariedade é necessária uma mudança radical nos valores da sociedade, bem como nas práticas e atitudes dos agentes que promovem o desenvolvimento. Em resumo, o desenvolvimento sustentável visto e definido como um novo padrão de desenvolvimento, leva em consideração o crescimento da economia e a geração de riquezas. Ele procura integrar esses segmentos à preservação do ambiente, bem como ao manejo adequado dos recursos naturais. Sem, contudo, deixar de garantir aos indivíduos o direito à cidadania e a uma melhor qualidade de vida.

2.3 Estratégia e desenvolvimento sustentável

Estruturado a partir de uma lógica consistente, o desenvolvimento sustentável exige um modelo de gestão que tenha compromisso com a racionalidade. As decisões relacionadas a esse tipo de desenvolvimento devem ser sempre baseadas em decisões precedentes, tendo em vista o fato de que com o mesmo compreende uma seqüência de atividades interativas, elaboradas a partir de estratégias definidas.

Através do Desenvolvimento Sustentável busca-se melhorar a qualidade de vida do ser humano, erradicando a miséria, promovendo-se um resgate da dívida social que o Estado possui com grande parte de sua população. No entanto, para cumprir esse papel, é necessário a definição de estratégia bem claras.

De acordo com Matos (1994, p. 19) um modelo de desenvolvimento sustentável deve levar em consideração as seguintes estratégias:

- aproveitamento racional dos recursos naturais, sem depredação da natureza, garantindo o equilíbrio do ecossistema, tanto para preservar as condições de vida atuais, como por solidariedade às gerações futuras;
- desenvolvimento e uso de tecnologias adequadas, que superem o obsolescência que comprometem a competitividade da região, mas que respeitem a cultura e o equilíbrio do ecossistema e da economia local;
- maior autonomia das economias geradas com relação à dependência de outros centros, em decorrência da máxima mobilização de recursos e mão de obra locais;
- geração de economias com capacidade de incorporação progressiva de grandes contingentes de mão de obra, inclusive pela capacidade de gerar efeitos de dispersão para frente e para trás;
- permanência, adequação e evolução dos projetos ao longo do tempo, adaptando-se às contingências dos mercados, da cultura da disponibilidade dos recursos.

O aproveitamento racional dos recursos naturais visa garantir que as gerações futuras tenham acesso aos recursos ora disponíveis. Quando se fala em desenvolvimento e uso de tecnologias adequadas, está se buscando uma forma de desenvolvimento que preserve a cultura local. Pois, a imposição de tecnologias que não levem em consideração as particularidades locais podem trazer desequilíbrio não somente para o ecossistema como também para a economia local.

Outra particularidade que deve ser observada quando do estabelecimento de estratégias para o desenvolvimento sustentável diz respeito ao aproveitamento da mão de obra, em sua maior quantidade. Para tanto, os projetos voltados para esse fim devem ser bem elaborados e adequados à realidade local, possuindo a capacidade de serem desenvolvidos a longo prazo, estabelecendo condições que garanta a preservação dos recursos naturais existentes na região e a cultura local.

Por outro lado, acrescenta Carvalho (1994, p. 112) que a sustentabilidade depende da participação em diferentes planos sociais para “aconselharem, acompanharem, avaliarem e

controlarem as políticas públicas, pelo menos a sustentabilidade social da participação consentida que se expressaria na capacidade, maior ou menor, das pessoas, em situação de pobreza crônica, estabelecerem processos econômicos sociais, políticos e ideológicos de superação da subalternidade”.

Assim sendo, percebe-se que além de se preocupar com a preservação dos recursos naturais, o desenvolvimento sustentável procura estabelecer condições para uma gestão participativa, para a ocorrência da inclusão de um maior contingente de mão de obra no cenário econômico. O desenvolvimento sustentável se apresenta como um processo democrático e como tal, necessita do estabelecimento de metas e compromisso claros, que possuam natureza atingível.

Dissertando sobre essa condição apresentada pelo desenvolvimento sustentável, Matos (1994, p. 34), afirma que esse tipo de desenvolvimento deve estabelecer processos que digam respeito, principalmente, “ao investimento permanente no reforço da evolução e da estabilidade das instituições democráticas e à participação dos agentes envolvidos e, particularmente, das comunidades a quem se destina o programa”.

Pelo demonstrado, não há como se falar no estabelecimento de estratégias para o desenvolvimento sustentável, sem, contudo, levar em consideração o envolvimento das instituições democráticas nesse processo. De forma bem clara ficou demonstrado que não desenvolvimento sem o envolvimento/comprometimento da comunidade. Para o fortalecimento das estratégias de desenvolvimento sustentável é necessário oportunizar informações para todos os agentes envolvidos e mais, que a comunidade, de forma consciente, exerça o controle social, fortalecendo a gestão participativa, tendo em vista os princípios democráticos que conduzem tal modalidade de desenvolvimento.

Assim sendo, é impossível se pensar em desenvolvimento sustentável, sem levar em consideração o estabelecimento de estratégias para a sua condução. Para ser concretizado, esse tipo de desenvolvimento exige a definição de algumas funções consideradas como sendo ‘chaves’ e indispensáveis no processo de construção de um meio ambiente sustentável.

Dissertando sobre essa necessidade, Matos (1994) afirma que um projeto voltado para a promoção do desenvolvimento sustentável requer vários procedimentos diferenciados, que podem ser ordenados nas seguintes funções chaves: articulação institucional; planejamento estratégico; provimento e gestão dos fundos públicos; planejamento micro-regional; administração de projetos; avaliação, acompanhamento e controle.

Desta forma, percebe-se que o desenvolvimento sustentável deve ser previamente pensado, exigindo a definição de estratégias para a sua condução. Tal processo inicia-se com a articulação institucional, etapa em que é delimitada a área em que o projeto de desenvolvimento ser desenvolvido. Sabendo-se quais os agentes sociais que farão parte dessa ação, inicia-se a segunda fase, que diz respeito ao planejamento estratégico.

Havendo a garantia dos recursos necessários ao desenvolvimento do referido projeto, procura-se conduzi-lo de forma que seus resultados possam contribuir também para a melhoria das condições regionais. Em momento algum, para que a iniciativa possa cumprir suas funções chaves, deve-se desprezar o acompanhamento e o controle das ações desenvolvidas.

No final, a avaliação do que foi feito é produzido em prol da sustentabilidade deve ser avaliado, procurando identificar os pontos positivos e negativos, corrigindo aquilo que for necessário. Ademais, a ética da sustentabilidade baseia-se na solidariedade com as gerações futuras. Ao se buscar mecanismos que garantam a preservação dos recursos naturais, se está sendo solidário com as gerações futuras.

Afirma Bursztyn (2001), que sem ética a sustentabilidade não existe. E, que a mesma é apoiada num tripé (economia, social e ambiental), que precisa está em perfeito equilíbrio.

A preocupação quanto à preservação do meio ambiente para que as gerações futuras tenham acesso aos recursos naturais ora existentes, deve ser real e constante. Por isso, a necessidade de se desenvolver ações que se privilegia a sustentabilidade.

Por outro lado, quando se fala em estratégias para o desenvolvimento sustentável, estas devem privilegiar, segundo o governo do Estado de São Paulo (2012) dentre outras, as seguintes particularidades:

- a) a agricultura sustentável,
- b) a criação de investimentos sustentáveis,
- c) a destinação adequada dos resíduos sólidos,
- d) a economia verde, a promoção da habitação sustentável,
- e) as discussões sobre a adaptação às mudanças climáticas,
- f) as melhorias no saneamento básico,
- g) o incentivo à energia renovável,
- h) o incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento (p&d),
- i) uma maior promoção da biodiversidade e dos recursos naturais, e,
- g) uma melhor utilização dos recursos hídricos.

No contexto da administração, já existe o entendimento de que se deve privilegiar as compras públicas sustentáveis como uma estratégia para a promoção do desenvolvimento sustentável, aplicando critérios socioambientais nas licitações.

3 Considerações Finais

Através do material bibliográfico selecionado para fundamentar a presente produção acadêmica pode-se constatar que os projetos voltados para a promoção do desenvolvimento sustentável não devem somente se limitar ao contexto regional e social. Para que haja êxito nesses processos é necessário que, por um longo tempo, exista compromisso com a permanência das soluções mobilizadas. Isto por que o objetivo da sustentabilidade não diz respeito apenas à preservação dos recursos naturais. Ela também leva em consideração o desencadeamento dos processos históricos resultantes dessa preservação e mostra a necessidade da evolução de alternativas tecnológicas que permitam que tal preservação aconteça. Constatou-se que as estratégias voltadas para a promoção do desenvolvimento sustentável levam em consideração a instituição de ações capazes de gerarem emprego e renda, promovendo, assim, uma melhor qualidade de vida.

Além da preocupação com a preservação dos ecossistemas, esse tipo de desenvolvimento também privilegia o social e o econômico, partindo do princípio de que estas dimensões constituem os pilares da sustentabilidade. O estabelecimento de estratégias para desenvolvimento sustentável é algo patente, pois ele exige além de uma articulação previa um planejamento estratégico, que leve em consideração a realidade local e os atores sociais nela inseridos. Não há como se falar em desenvolvimento sustentável sem a participação consciente da sociedade, sem o envolvimento desta e de forma plena. Para que haja desenvolvimento sustentável é necessário que a sociedade assuma o compromisso de promover esse desenvolvimento, observando o que foi projetado pelas instituições articuladoras, respeitando as condições naturais e procurando entre seus atores sociais, formas de exercitar sempre as experiências com resultados positivos.

Em síntese, para a consecução do desenvolvimento sustentável as estratégias são sempre necessárias. Sem estas não existe desenvolvimento sustentável, simplesmente pelo fato de que este exige planejamento. E as estratégias são as bases de um planejamento.

Para a consecução do desenvolvimento sustentável também é necessário que exista compromisso por parte das instituições e dos atores sociais envolvidos nesse processo. E, que todas

as ações desenvolvidas nesse contexto, sejam respaldadas na ética da sustentabilidade. Dito com outras palavras, que em tudo que for desenvolvido haja sempre uma preocupação em garantir para as gerações futuras os recursos naturais hoje disponíveis.

REFERÊNCIA

BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento e meio ambiente**: as estratégias de mudanças da Agenda 21. Petrópolis: Vozes, 1997.

BEZERRA, M. C. L.; BURSZTYN, M. (coord.). **Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento sustentável**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis: Consórcio CDS/ UNB/ Abipti, 2000.

BURSZTYN, M. (org.). **Ciência, ética e sustentabilidade**. 2 ed. São Paulo: Cortez/Brasília: UNESCO, 2001.

CAFFÉ, J. T. D. A retomada do planejamento regional e o desenvolvimento sustentável. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 12, n. 2, p. 71-73, setembro 2002.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL. **Programa de desenvolvimento regional sustentável - PDRS**: Sul da Bahia. Salvador: CAR-BA, 1997.

GUIMARÃES, R. P. **A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento**: Um debate sócio ambiental no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

HERCULANO, S. C. Do desenvolvimento (in)sustentável à sociedade feliz. In: GOLDENBERG, M. (org.) **Ecologia, ciência e política**: participação social, interesses em jogo e luta de ideias no movimento ecológico. Rio de Janeiro: Revan, 1992, p. 9-48.

JARDIM, J. S. Desenvolvimento sustentável, desenvolvimento como liberdade e a construção da cidadania na perspectiva ambiental. Revista do **Programa de Mestrado em Direito do UniCEUB**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 189-201, jan./jun. 2005.

MATOS, A. G. de. **6.8 - Bases referenciais para um modelo de gestão do desenvolvimento sustentável do nordeste**. Brasília: Ministério da Integração Nacional/Projeto Áridas, 1994.

NOBRE, M. Desenvolvimento sustentado e problemática ambiental. **Lua Nova**: São Paulo. N. 47, p. 137-156, 1999.

RODRIGUES, A. M. Desenvolvimento Sustentável e Atividade Turística. In: Rodrigues, A. B. (org). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SACHS, I. **Estratégias de transição para do século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel/Fundação para o Desenvolvimento Administrativo, 1993.



SANTOS, J. O. [et al.]. Os sistemas alternativos de produção de base agroecológica. **Agropecuária Científica no Semiárido**, v. 9, n. 1, p. 01-08, jan-mar, 2013.

SÃO PAULO (Estado). **Desenvolvimento sustentável do Estado de São Paulo: 40 metas**. São Paulo: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional/Fundação SEADE/Secretaria de Meio Ambiente, 2012.

TONNEAU, J. Desenvolvimento rural sustentável: novo paradigma ou velhas questões. In: WANDERLEY, M. de N. B. **Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no nordeste brasileiro**. Campina: CERES/UNICAMP, 2004.

TOZONI-REIS, M. F. C. **Educação ambiental: natureza, razão e história**. Campinas-SP: Autores Associados, 2004.

VEIGA, J. E. da. **Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.